



MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MST PELA POSSE DA TERRA

Marcones Herberte de Souza Lima Aguiar¹
João Diógenes Ferreira dos Santos²

INTRODUÇÃO

Historicamente o campo brasileiro se construiu como um espaço de conflitos, a estrutura fundiária fortemente marcada pela concentração de terra, pode ser considerada como um dos elementos centrais da questão agrária no Brasil. Anos se passaram desde a invasão portuguesa em terras “tupiniquins” e a desigualdade no acesso a terra continua sendo uma constante, por conta disso, muitos personagens e movimentos vem lutando contra essa estrutura fundiária estabelecida em terras brasileiras, entre eles, o MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra).

Em terras piauienses, a estrutura fundiária não foge a regra apresentada acima, em 1989 a formação do primeiro assentamento³ do MST no Piauí, intitulado Marrecas, veio contribuir na ampliação da luta pela terra no estado. O assentamento Marrecas, localizado no sudeste piauiense, foi formado por trabalhadores e trabalhadoras sem-terra que viviam na macrorregião da cidade de Picos, tornando-se um símbolo da luta pela terra no Piauí (SILVA, 2012).

Nessa perspectiva, o MST constitui-se como um dos principais movimentos brasileiros do campo na luta pela posse da terra. Com um propósito, o MST não pensa somente na luta pela terra, ele propõe lutas em várias outras áreas, uma delas é a educação. Assim, o movimento passa a buscar a formação de sujeitos sociais ativos e autônomos, alicerçados em valores coletivos. O movimento passou a ver na educação um dos principais mecanismos para o desenvolvimento de um novo projeto de sociedade (BAUER, 2009).

A relação entre projeto educacional e transformação político-social é indissociável

1 Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BRASIL. Endereço eletrônico: marcones.lima@ifma.edu.br

2 Docente do Programa de Memória; Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BRASIL. Endereço eletrônico: jdiogenes69@gmail.com

3 É importante destacar aqui, que quando os Sem-Terra ocupam um território cria-se um acampamento, depois da aquisição da terra e sua estruturação é que ele passa a se constituir enquanto **assentamento**.



para pensarmos a transformação de nossa realidade material. Com esse raciocínio temos o objetivo de analisar a concepção do trabalho educativo construído pelo MST, considerando sua matriz educativa e a realidade da luta coletiva dos assentados. Para conhecer as práticas educativas desenvolvidas pelo movimento em seus assentamentos, partimos das memórias, entendida na perspectiva de Halbwachs (2003), dos militantes que atuam na área da educação em Marrecas.

O projeto educacional de uma educação do campo⁴, pensado pelo movimento social de trabalhadores e trabalhadoras rurais, defende uma concepção de educação diferente da apresentada pelo estado burguês, ao invés de ser uma escola no campo, ou seja, uma escola que chega ao campo, mas com conteúdos e metodologias que não levam em consideração as especificidades do ambiente, tem-se a ideia de uma escola do campo com conteúdos e metodologias vinculados à história, realidade e cultura desse espaço, ou seja, uma educação que entende o camponês como sujeito.

Destarte, discuti esses projetos educacionais contra-hegemônicos⁵ é relevante, pois, se opõem a uma educação formal pensada nos moldes do capital. O projeto de educação do campo pensado pelo MST, se contrapõe ao sistema educacional dominante no Brasil, que obedece a uma concepção de educação voltada para o mercado, onde a mesma encontra-se voltada, especialmente, para formação de mão de obra.

Nesse sentido, a proposta de uma educação “do campo”, passa a ser construída como um processo de luta por uma “*educação, no sentido amplo de processo de formação humana*” (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p. 24), para todos os povos (trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos, entre outros) do campo. O MST e outros movimentos lutam por uma escola do campo e não simplesmente a introdução da escola no campo como fazem os governos.

Com isto, passou a ser construída uma educação do campo onde os próprios sujeitos seriam os trabalhadores rurais, produzindo assim uma escola inclusiva, que esteja em consonância com a realidade e os saberes dos assentados e dos acampados, e tenha a *terra, o trabalho e o movimento de luta* como princípios para construção da educação. Conforme Paulo Freire afirma:

[...] à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente

4 Ver o artigo “A educação básica o movimento social do campo” (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

5 Com base em Gramsci (2002), entende-se pelo conceito de contra-hegemonia, um projeto de algo, que se apresenta como contrario ao que está instituída como consenso pela classe dominante. No caso do debate deste trabalho, seria os projetos educacionais, que se apresentam como alternativa ao projeto educacional neoliberal, que hoje é hegemônico no Brasil.



construídos na prática comunitária -, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2013, p.31).

Nessa perspectiva educacional, a experiência e a própria memória coletiva, essa última, no pensar de Halbwachs (2003), é construída a partir da realidade material, possibilita pensar a memória como algo que permite manutenção e propagação dos saberes do campo. É interessante pensar também que a memória construída pelo MST, no processo de construção de uma educação do campo, está calcada na coletividade, pois “ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, deslocado das relações sociais, interpessoais” (CALDART, 2000, p.59).

No tocante a proposta de educação pensada pelo MST, em seus assentamentos, notamos que esse projeto de escola do campo, defende uma educação democrática onde todos são sujeitos e voltados para transformação social, pois a “[..] educação dos sem-terra do MST começa com seu *enraizamento* em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmo poderão ajudar a construir” (CALDART, 2000, p. 50, grifo do autor).

METODOLOGIA

O materialismo-histórico-dialético, enquanto método de pesquisa pensado por Marx e Engels, fundamenta as bases metodológicas desta pesquisa. Este método nos possibilita compreender não só a sociedade, como também as categorias e conceitos a serem tratadas aqui, a partir da análise do processo histórico, da materialidade das vivências humanas, e do pensar dialético. Este pensamento converge com o que pensava Thompson, sobre o *fazer-se* dialeticamente dentro de contextos históricos a partir das experiências materiais no seio de uma classe ou grupo social (THOMPSON, 1987).

Partiremos também, da história oral e da memória, pois, ambas tornam possível à produção de narrativas, que podem contribuir para o entendimento da luta pela terra no estado do Piauí, assim como por uma educação “do campo” no assentamento Marrecas. Como técnica, utilizamos a entrevista semi-estruturada, pois, “além de captar melhor o que os pesquisados sabem e pensam, permitem também, ao pesquisador, observar a postura corporal, a tonalidade da voz, os silêncios etc.” (MARSIGLIA, 1999, p. 27). Nesta



fase inicial, entrevistamos 10 militantes (professores (as), diretoras etc.) que estão à frente da implantação da educação do campo, no assentamento Marrecas.

Além das fontes bibliográficas, estamos utilizando fontes primárias como os documentos dos acervos da Secretaria Estadual, do MST e da CPT, onde trabalharemos com os cadernos de formação de militantes, atas de reuniões, informativos, histórias de vida escritas nos cursos de formação (memoriais), assentamento Marrecas-PI.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo com a pesquisa em andamento, o acesso à bibliografia, aos documentos e aos dados, obtidos por meio das entrevistas, nos mostra que o problema da luta pela terra no Brasil, assim como no Piauí, continua sendo um dos motores para a desigualdade no país. Neste cenário, o MST, e outros movimentos do campo, continuam a luta pela reforma agrária. Entretanto observamos que a luta no campo não é só por terra, mas pelo conjunto de serviços e políticas públicas, tais como educação, saúde, lazer, etc.

Observamos ao longo da pesquisa que a luta por escolas nos assentamentos do MST nasce da necessidade material de uma formação para todos os militantes do movimento. Como afirma Stedile (1999, p. 74) “A frente de batalha de educação é tão importante quanto à da ocupação de um latifúndio ou a de massas”.

Segundo as entrevistas observamos que a luta nos acampamentos e depois assentamentos não se resumia a terra. Os relatos mostram que mesmo após conquistas na área da educação, é com o tempo que o MST passa entender que a mesma é um espaço de disputa e que a escola não poderia simplesmente chegar ao campo, mas antes deveria ser transformada passando a ser uma escola “do campo”. Assim a escola deve voltar-se para os conhecimentos rurais, ou seja, da localidade em que a escola está inserida, como diz Paulo Freire (2013) à escola deve valorizar o conhecimento local, nesse caso o próprio campo.

CONCLUSÕES

A partir da análise de como se constituiu o MST compreendemos seu projeto



educacional e suas ações para transformação da educação do campo. É na luta por outra educação que se constrói um novo campo e sociedade, entendendo que essa relação é indissociável e pertence a todos os trabalhadores (as) do campo. Como podemos observar na entrevista;

[...] a gente não tá aqui focada, simplesmente, para mandar alguém para universidade, mas para tentar formar o ser humano, o cara que pensa, o cara que enxerga as coisas, o cara que tem sentimentos também. Não quero fazer crítica as universidades, mas eu já passei por uma universidade e não vejo muito, nas universidades, elas serem preocupadas com o social. (SILVA, ENTREVISTA, 2016)

Por fim, com base na pesquisa, afirmamos que o MST defende, por meio da memória da luta pela posse da terra, uma educação que pense na formação do ser humano para a vida, e no fortalecimento de uma pedagogia que venha da terra (onde o camponês seja sujeito de sua própria história), que teremos um campo protagonista, ocupando seu espaço na sociedade.

Palavras-chave: Educação. MST. Memória.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade:** princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Edições Pulsar, 2009. 151 p.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salette. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação Básica do campo, 2000. Coleção Por uma educação Básica do campo, n° 3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, I.; MOLINA, Mônica Castangna. **A educação básica e o**



movimento social do campo. Ed. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Coleção Por uma educação Básica do campo, nº 1.

MARSIGLIA, Regina Maria. **O Projeto de Pesquisa em Serviço Social.** In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD - Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina Célia T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katal Florianópolis, vol. 10, nº esp. 2007, p. 37 – 45.

SILVA, Gisvaldo de Oliveira da. **Um levante no sertão do Piauí:** a trajetória camponesa na formação do assentamento Marrecas (1985-1995). 2012. 162 fl. Dissertação (Mestrado em história do Brasil). UFPI, Teresina –PI.

SILVA, Madalena Carmina da. **Entrevista sobre o MST e educação.** Concedida a Marcones Herberte de Souza Lima Aguiar. São João do Piauí, 22 fev. 2017.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária:** Árvore da Liberdade. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204p.